



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

**Acta N.º 11/2025
(14ª do Mandato - 2023/2027)**

Ata da Reunião presencial do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas realizada entre os dias 14 e 16 de outubro de 2025, em Lisboa. Presentes 12 (onze) Conselheiros (membros do CP do CCP): António Guerra Iria, António Manuel Mota da Cunha, António Paulo Neves Marques, Beatriz Neves Guedes Pereira, Carlos Rui Pires Marcelo, Daniel Ferreira Loureiro, Flávio Alves Martins, José Fernando Campos da Silva Topa, Manuel Cândido de Oliveira Coelho, Manuel Pinto Pereira Viegas, Odete da Silva Fernandes e Vasco Pinto de Abreu.

1. Introdução

Nos termos regimentais, reuniu, na Sala dos Monges, na Assembleia da República (AR), em Lisboa, nos dias 14, 15 e 16 de outubro de 2025, o Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas (CP/CCP), para discutir assuntos cruciais para o novo mandato.

2. Abertura e Organização dos Trabalhos

A reunião teve início na terça-feira, dia 14 de outubro de 2025, após o período de receção aos conselheiros e conselheiras, e encerrou na quinta-feira, dia 16 de outubro de 2025.

A reunião foi aberta pela Presidente do Conselho Permanente do CCP (CP/CCP), Flávio Alves Martins, que saudou a todos os presentes e agradeceu a participação na décima quarta reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas, tendo também sido aprovado o programa dos trabalhos dos três dias de reuniões por todos os presentes.

Foi inicialmente registado que na segunda-feira, dia 13 de outubro de 2025, pelas 15h00, no Salão Nobre da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (SHIP), no Palácio da Independência, em Lisboa, teve lugar um encontro preparatório dedicado ao tema “(Re)Conhecer e Valorizar as Comunidades Portuguesas no Estrangeiro”.

A iniciativa, organizada em conjunto pelo Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) e pela SHIP, contou com uma sessão de abertura que teve como oradores José Ribeiro e Castro, Presidente da SHIP; Flávio Martins, Presidente do CCP; e Emídio Sousa, Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

O evento prosseguiu com um painel de debate, moderado por Paula Machado, que abordou o tema “Comunidades como as percebemos e o que fazer: um ativo, uma mais-valia ou uma peça de retórica?”.

Este painel reuniu um leque diversificado de personalidades e especialistas, incluindo Manuela Aguiar (ex-Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas), António Calçada (Presidente do Conselho da Diáspora), Álvaro Beleza (Presidente da SEDES), Paulo Costa (do movimento “Também Somos Portugueses”), Cláudia Pereira (do Observatório da Emigração), Maria de Lurdes Almeida (ex-Conselheira do CCP), bem como os atuais Conselheiros do Conselho Permanente do CCP, Rui Marcelo e Vasco Abreu.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

O encontro, que terminou pelas 17h45, proporcionou um espaço de reflexão profunda sobre o papel, o valor e o futuro das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, reforçando a importância do diálogo contínuo entre a sociedade civil e as instituições.

3. Agenda e Principais Temas Abordados

Ao longo das diversas reuniões e audiências, foram discutidos e analisados, de forma transversal, os seguintes temas e pautas, que constituem as principais preocupações do Conselho Permanente para o ano de 2025:

- Orçamento do Estado para 2026 (OE2026) no âmbito específico das Comunidades Portuguesas;
- Alterações à Legislação Eleitoral e melhoria das modalidades de voto para os portugueses no estrangeiro;
- Ensino do Português no Estrangeiro (E.P.E.) e a sua rede;
- Gestão de Pessoal e qualidade do atendimento na rede de Postos Consulares;
- Desenvolvimento e eficácia da Plataforma e-Consulado;
- Fluxos Migratórios e promoção do viés empresarial nas Comunidades;
- Gabinetes de Apoio ao Emigrante e o Programa Regressar;
- Aumento do número de Deputados eleitos pelas Comunidades;
- Questões relacionadas com a aquisição de nacionalidade e cidadania portuguesa.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

4. Programa das Reuniões

<u>1º dia – terça-feira – 14/10/2025</u>
08h45 – Receção a conselheiras/os e deslocação ao Refeitório/Salão dos Monges - AR.
09h00 – Reunião com Grupo Parlamentar do Livre.
11h00 – Reunião com o SECP, Dr. Emídio Sousa (GAIDs; OE 2026; Política Estratégica para as Comunidades).
12h40 – Almoço na AR.
14h00 – Reunião com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (orçamento do CCP e para o MNE; atos eleitorais; nacionalidade; cidadania) (Sala 7).
15h30 – Reunião com o Grupo Parlamentar do PSD (sala de reunião do GP).
17h00 – Reunião com Grupo Parlamentar do PS (Sala Tejo - 2º piso edifício novo).
18h30 – Encerramento dos trabalhos.
19h30 – Jantar oferecido pelo SECP, Dr. Emídio Sousa.

<u>2º dia – quarta-feira – 15/10/2025</u>
09h30 – Reunião com Grupo Parlamentar do PCP (Salão dos Monges).
10h30 – Reunião com o Grupo Parlamentar do IL (Sala Lisboa, sala do GPIL).
11h30 – Reunião com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (atos eleitorais; nacionalidade e cidadania).
12h40 – Almoço na AR.
14h30 – Reunião com o Diretor Geral da DGACCP, Dr. Luiz Ferraz (Orçamento 2026; Postos Consulares; Apoios Sociais; Apoios às Associações. Publicidade Estatal na Comunicação Social nas Comunidades).
16h00 – Reunião com a Presidente do Instituto Camões, Florbela Paraíba (E.P.E.).
17h30 – Audiência com o candidato à PR, Dr. João Cotrim de Figueiredo (Salão dos Monges).
18h00 – Encerramento dos trabalhos, seguindo-se para o jantar.

<u>3º dia – quinta-feira – 16/10/2025</u>
09h30 – Reunião Interna do Conselho Permanente.
10h00 – Reunião com o Presidente da CNE (Salão dos Monges).
11h30 – Reunião com Grupo Parlamentar do Chega (Sala Acácio Lino – GPCH).
12h40 – Almoço na AR.
15h00 – Reunião Interna do Conselho Permanente.
15h30 – Reunião com a Vice-Presidente do IRN, Dra. Cristina Mesquita (aquisição de nacionalidade, PEP). (Salão dos Monges).
17h00 – Audiência com o candidato à PR, Dr. António Filipe (Salão dos Monges).
17h45 – Sessão de Encerramento (com o Sr. SECP, Dr. Emídio Sousa).



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

5. Resumo dos Assuntos em Discussão / Audiências

5.1 - 1º Dia – 14 de outubro de 2025

Ordem de Trabalhos e Debates Realizados:

5.1.1 Sessão de abertura e Enquadramento

Objetivo: A reunião visou debater temas prioritários para as comunidades portuguesas e preparar os encontros a realizar ao longo do dia com os Grupos Parlamentares, com o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

(Nota: O Vice-Presidente do CP do CCP, António Paulo Neves Marques, e a Conselheira Odete da Silva Fernandes, não estiveram presentes na sessão inicial devido a problemas de deslocação)

O Presidente do CP do CCP, Flávio Martins, deu as boas-vindas e enquadrou os objetivos das reuniões presenciais do Conselho Permanente do CCP, em Lisboa. Salientou a importância do diálogo direto com os grupos parlamentares e o Governo, realçando que, embora o CCP seja um órgão consultivo do Governo, esta aproximação ao Parlamento é crucial, dado que muitas matérias-chave (como a lei eleitoral e o Orçamento de Estado) são da competência exclusiva da Assembleia da República.

5.1.2 Preparação para os encontros com os Grupos Parlamentares

Foram identificados e consolidados os principais temas a apresentar aos diversos grupos parlamentares (LIVRE, PSD e PS), com base nas experiências relatadas pelos conselheiros de todas as geografias:

a) Orçamento de Estado para 2026:

Foi referido que o Conselho apresentou uma proposta de 500 mil euros para o seu funcionamento, tendo o Governo proposto 420 mil euros. A diferença de 80 mil euros foi considerada crucial para atividades como a dinamização do portal do CCP, a criação de um email institucional para todos os conselheiros, o apoio a pareceres externos e a realização de atividades pelas mais de 20 secções locais. Foi notado que o atual orçamento não reflete o aumento dos custos face a anos anteriores.

Foi também salientada a necessidade de reforço orçamental para o Ensino de Português no Estrangeiro (EPE), incluindo a melhoria das condições dos professores, a atualização das tabelas salariais (especialmente em países com custo de vida elevado como EUA e África do Sul) e o fornecimento atempado de material didático.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

b) Atos Eleitorais e Participação Democrática:

Foi expressa grande preocupação com a elevadíssima abstenção nas eleições presidenciais (próximas de 98% em alguns círculos), contrastando com a menor abstenção nas legislativas, onde o voto postal é permitido. Foi citado o exemplo do Brasil, onde apenas cerca de 8.000 dos 260.000 eleitores votaram nas últimas presidenciais.

Foi defendida a uniformização das modalidades de voto para todas as eleições, permitindo o voto postal também nas presidenciais.

Foi reiterado o apelo à realização de um projeto-piloto para o voto eletrónico descentralizado, tal como testado em 2005, para avaliar a sua fiabilidade e segurança. Foi salientado que o exemplo brasileiro de voto eletrónico presencial não resolve o problema da distância.

Foi também solicitada a abertura de mais mesas de voto, nomeadamente em consulados honorários (e.g., Campinas, Ribeirão Preto no Brasil; e Comodoro Rivadavia na Argentina), para reduzir as deslocações excessivas dos eleitores, que chegam a ser de centenas de quilómetros.

c) Funcionamento dos Serviços Consulares e do IRN:

Foi reportada a necessidade de transparência na afetação das receitas consulares. Foi citado o caso do Brasil, que gera receitas significativas, mas onde o retorno em investimento local (pessoal, tecnologia, instalações) é percecionado como desproporcional. Foi sugerida a publicação de balanços financeiros por posto consular.

Foi manifestada profunda preocupação com os atrasos crónicos nos processos de nacionalidade no Instituto dos Registos e Notariado (IRN), com relatos de esperas de dois anos para filhos e quatro anos ou mais para netos, cônjuges e companheiros de cidadãos portugueses. Foi exigida a digitalização e maior celeridade nos processos.

Foi salientada a importância da dignificação salarial dos trabalhadores consulares locais, com tabelas remuneratórias ajustadas ao custo de vida de cada país, para travar a fuga de talentos e garantir um serviço de qualidade.

d) Representatividade Política:

Foi debatida a sub-representação das comunidades no Parlamento, tendo em conta que cerca de 1,6 milhões de eleitores elegem apenas 4 deputados. Foi sugerida uma reflexão sobre o aumento do número de deputados da emigração ou a criação de um círculo de compensação, reconhecendo a complexidade política e constitucional da matéria.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

e) Programa de Apoio ao Retorno e Atração de Talentos:

Foi destacada a importância de programas como o 'Regressar', mas foi apontada a necessidade de os alargar e adaptar para atrair não só os que emigraram, mas também os seus descendentes (filhos, netos) altamente qualificados. Foram relatados casos de dificuldades no reconhecimento de qualificações académicas e profissionais, levando esses cidadãos a exercerem funções abaixo das suas capacidades.

5.1.3 Reunião com o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. Emídio Sousa

Da reunião entre o Conselho Permanente do CCP e o SECP, Dr. Emídio Sousa, destacam-se os seguintes principais pontos abordados e respostas:

- **Orçamento do CCP (420 mil euros):** O Secretário de Estado considerou o valor suficiente para as necessidades atuais, não estando previsto um aumento. Referiu que as propostas orçamentais são feitas em junho/julho e que, se no futuro se verificar insuficiência, o tema poderá ser revisto.
- **Email Institucional:** Reconheceu que a medida não oferece muita complexidade em termos informáticos, mas mostrou-se pouco familiarizado com os mecanismos para a sua implementação prática, anunciando, no entanto, a concordância da sua implementação.
- **Mesas de Voto Adicionais (Eleições Presidenciais):** Foi um tema central. O Secretário de Estado não se opôs à ideia, mas pediu ao Conselho que apresentasse uma lista concreta e fundamentada de locais (e.g., consulados honorários) onde a abertura de mesas faria sentido, comprometendo-se depois a analisar a viabilidade com os consulados de carreira. Alertou, no entanto, para a necessidade de "muita formalidade e rigor" no processo.
- **Atrasos no IRN:** Reconheceu os atrasos, atribuindo-os principalmente à falta de recursos humanos no Instituto. Informou que está em curso um processo de recrutamento de 50 funcionários, mas que o processo de reforma e resolução desta situação não ocorrerá de forma imediata.
- **Projeto "Portugal, Nação Global":** O Secretário de Estado apresentou em detalhe a sua visão estratégica. Explicou o evento de negócios previsto para 29 e 30 de abril de 2026, no Centro Cultural de Belém, que visa ligar empresários da diáspora e de Portugal, incluindo encontros B2B e a participação de autarcas. O objetivo final é lançar a marca "Portugal, Nação Global", alterando o conceito de nação para incluir todos os portugueses, independentemente do local onde residem. Solicitou expressamente a colaboração do Conselho na identificação e mobilização de empresários da diáspora, sublinhando que muitos não estão filiados em câmaras de comércio.

5.1.4 Reunião com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP)

O Conselho Permanente reuniu-se com os deputados membros da CNECP. A intervenção do CCP centrou-se nos seguintes pontos:



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

- **Orçamento de Estado para 2026:** Foi apresentada e justificada a proposta do Conselho de 500 mil euros para o seu funcionamento, contrastando com os 420 mil euros propostos pelo Governo. Salientou-se que a diferença é crucial para atividades das secções locais, modernização do portal e criação de email institucional.
- **Questões Eleitorais:** Foi manifestada preocupação urgente com as eleições presidenciais de janeiro, dada a abstenção historicamente elevada (próxima dos 98%) face às legislativas. Apelou-se à CNECP para que pondere o alargamento de modalidades de voto às presidenciais e que avance, de uma vez por todas, com um projeto-piloto de voto eletrónico descentralizado. Foi sublinhado que o exemplo do voto eletrónico presencial brasileiro não resolve o problema central da distância geográfica.
- **Serviços Consulares:** Foi pedida mais transparência na afetação das receitas consulares, sugerindo-se a publicação de balanços financeiros por posto consular. Foi também destacada a necessidade de dignificação salarial dos trabalhadores consulares, com ajustes ao custo de vida local.
- **Ensino de Português no Estrangeiro:** Foi solicitado um reforço orçamental específico para o EPE, abrangendo a melhoria salarial dos professores e o fornecimento de material didático.

5.1.5 Síntese dos Encontros com os Grupos Parlamentares

a) Reunião com o Grupo Parlamentar do LIVRE (Deputado Paulo Muacho):

- **Voto Eletrónico:** Manifestaram abertura para discutir e testar o voto eletrónico, reconhecendo os riscos, mas enfatizando a necessidade de avaliar a sua viabilidade.
- **Orçamento do CCP:** Consideraram que os 80 mil euros adicionais fariam diferença e mostraram disponibilidade para incluir propostas no âmbito da discussão orçamental.
- **Ensino do Português:** Referiram que no ano anterior tinham proposto um reforço de 10 milhões de euros para o EPE e que voltariam a apresentar essa iniciativa.
- **Funcionários Consulares:** Partilharam que já apresentaram iniciativas sobre a melhoria das condições salariais dos funcionários, nomeadamente a correção cambial para os trabalhadores no Brasil.
- **Lei da Nacionalidade:** Alertaram que a exigência de conhecimento da língua e cultura portuguesas deve ser acompanhada de meios para que os cidadãos no estrangeiro as possam adquirir.

b) Reunião com o Grupo Parlamentar do PSD (Deputado Carlos Gonçalves):

- **Voto Eletrónico e Uniformização:** Foi claramente defendida a uniformização da metodologia de voto e a realização de um teste de voto eletrónico. O GP do PSD afirmou ter várias iniciativas preparadas nesta matéria e que a resistência à realização deste teste tem partido, principalmente, do PS.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

- **Sub-representação:** Reconheceram a "injustiça" da sub-representação e referiram que já houve propostas internas no partido para aumentar o número de deputados da emigração, mesmo num contexto de redução global de deputados.
- **Funcionários Consulares:** Salientaram que o OE prevê um aumento de quase 10% na despesa com pessoal, mas reconheceram a necessidade de corrigir as tabelas salariais em países como os EUA e a África do Sul.
- **Rede Consular:** Defenderam a aposta na Chave Móvel Digital para libertar os consulados para trabalho político e de influência diplomática.

c) Reunião com o Grupo Parlamentar do PS (Deputada Elza Pais):

- **Orçamento do CCP:** Comprometeram-se a levar ao líder parlamentar a proposta dos 500 mil euros, para o orçamento do CCP, considerando a discrepância como "uma questão de menor relevância" no Orçamento do Estado.
- **Voto Eletrónico:** Reconheceram a importância do tema, mas referiram "dificuldades" identificadas, sem as especificar. Comprometeram-se a trabalhar para as ultrapassar, mas sem um compromisso firme.
- **Lei da Nacionalidade e Estrangeiros:** Foram críticos em relação ao processo "precipitado" do Governo, à falta de consulta (incluindo ao CCP), e às "inconstitucionalidades" identificadas. Prometeram tentar introduzir melhorias na especialidade.
- **Programa Regressar:** Anotaram as sugestões para alargar o programa a descendentes qualificados e a reformados.
- **Transparência:** Comprometeram-se a pressionar o Governo por maior transparência nos apoios associativos e nos processos consulares.

5.1.6 Intervenções dos Conselheiros

Vários conselheiros intervieram para acrescentar pontos específicos, refletindo a diversidade de realidades:

- **Paulo Marques (França):** Fez um apelo veemente à uniformização do voto eleitoral, citando o exemplo francês que utiliza múltiplos métodos (internet, correspondência, presencial, procuração). Frisou que "onde estiver um português, ele deve poder exercer o seu direito de voto".
- **Beatriz Pereira (Brasil):** salientou a falta de transparência nos apoios associativos e a necessidade de despachos clarificadores nos processos de indeferimento.
- **Vasco Abreu (África do Sul):** alertou para as dificuldades de recrutamento de professores para a África do Sul devido a questões de segurança e custo de vida, e reportou o desaparecimento de um cidadão português em Joanesburgo, ilustrando os problemas de segurança que afetam a comunidade.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

- **Rui Marcelo (Macau):** defendeu o papel de Macau como plataforma de ligação entre Portugal e a China, sugerindo um maior aproveitamento deste potencial, nomeadamente no recrutamento de médicos portugueses para a Região Administrativa Especial. Referiu também a inscrição recente dos pastéis de nata e do folclore no património intangível de Macau.
- **António Cunha (Reino Unido):** destacou as dificuldades e morosidade na obtenção de vistos para familiares de cidadãos portugueses no pós-Brexit.
- **Fernando Campos (Venezuela):** Alertou para as dificuldades específicas das comunidades fora da Europa, nomeadamente a escassez de recursos para o ensino do português. Salientou a importância do apoio consular em contextos de crise, como o da Venezuela. Enfatizou ainda a importância dos programas de apoio ao regresso e à atração de jovens descendentes de portugueses qualificados, sublinhando as barreiras no reconhecimento de qualificações.
- **António Iria (Suíça), e outros conselheiros:** abordaram a questão da Chave Móvel Digital, considerada fulcral, mas com problemas de acesso e divulgação em muitos países.

5.1.7 Considerações Finais e Próximos Passos

No encerramento do primeiro dia de trabalhos dos CP do CCP, o Presidente, Flávio Martins, agradeceu a todos os participantes e a disponibilidade do Secretário de Estado e dos Grupos Parlamentares. Ficou acordado que o Conselho trabalharia ativamente na compilação de sugestões concretas, nomeadamente:

- Elaboração de uma lista de locais para possível abertura de mesas de voto;
- Identificação de empresários da diáspora para o evento "Portugal, Nação Global";
- Reforço do diálogo com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP) para acompanhamento dos temas.

Foi ainda reforçada a necessidade de continuar a pressionar para a modernização dos serviços, para uma maior equidade no tratamento dos portugueses residentes no estrangeiro e para a construção de consensos alargados no Parlamento sobre as matérias eleitorais.

5.2 - 2º Dia – 15 de outubro de 2025

O Presidente Flávio Martins deu início aos trabalhos do segundo dia de reuniões presenciais, saudando os membros do Conselho Permanente. Foi recordada a metodologia de trabalho para os encontros da agenda: intervenções iniciais dos convidados, seguidas de uma ronda de perguntas objetivas por parte dos conselheiros.

5.2.1 Audição do Grupo Parlamentar do PCP

O Deputado Bruno Dias e, posteriormente, a Deputada Paula Santos intervieram em representação do Grupo Parlamentar do PCP.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

- **Orçamento para o CCP:** O Deputado Bruno Dias confirmou que, nos mapas orçamentais informativos distribuídos à Assembleia, a única rubrica identificada para o CCP é de 319.985 euros. Explicou que estes mapas não são votados, estando a verba global do Ministério sujeita a alterações e cativações pelo Governo. Salientou a importância do futuro decreto de execução orçamental.
- **Questões Eleitorais:** Reafirmou a posição do PCP a favor da uniformização das modalidades de voto, mas com precaução na adoção do voto eletrónico, privilegiando a segurança e a fiabilidade. Salientou a necessidade de projetos-piloto bem avaliados e a ponderação face às atuais ameaças cibernéticas.
- **Lei da Nacionalidade:** A Deputada Paula Santos, referindo-se à questão levantada pela conselheira Odete Fernandes sobre atrasos nos processos, pediu que lhe fossem enviados casos concretos e detalhados para melhor análise e reflexão, dada a sensibilidade e complexidade da matéria.
- **Apoio às Comunidades:** Ambos os deputados manifestaram disponibilidade para trabalhar em conjunto com o CCP, valorizando a informação "do terreno" para identificar problemas nos serviços consulares, no ensino e nos apoios sociais.

5.2.2 Audição do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal (IL)

O Deputado Rodrigo Saraiva (atuando também como representante do GP IL) apresentou as principais posições do partido sobre as comunidades portuguesas.

- **Visão sobre a Diáspora:** Valorizou o contributo das comunidades, embora desejando que a diáspora fosse menor, fruto de um Portugal mais próspero que não forçasse a emigração por necessidade.
- **Compromissos Principais:**
 - **Serviços Consulares:** Defender a "militarização da rede consular", com mais meios humanos e técnicos, digitalização e possível criação de consulados móveis.
 - **Ensino do Português:** Estruturar de forma permanente o ensino do português no estrangeiro, criando condições para uma carreira docente atrativa.
 - **Representação Política:** Lutará por maior representação da diáspora no Parlamento, considerando insuficientes os atuais dois deputados. Defende a uniformização das leis eleitorais e o voto por correspondência nas presidenciais.
- **Posição sobre Voto Eletrónico:** Manifestou cautela, defendendo primeiro projetos-piloto robustos e aferindo questões de segurança face a ameaças cibernéticas.

5.2.3 Audição com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (CACDLG)

Estiveram presentes os membros do Conselho Permanente, a Senhora Deputada Presidente da Comissão, Paula Cardoso, e demais Senhoras e Senhores Deputados.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

A Senhora Presidente da Comissão deu por abertos os trabalhos da audiência ao CP do CCP, onde foram efetuadas as seguintes intervenções sobre a participação eleitoral das comunidades:

- **Fiabilidade do Sistema de Voto:** Foi expressa preocupação com a necessidade de garantir a fiabilidade e credibilidade dos sistemas de voto, assegurando que o ato de votar seja acessível, mas também seguro e à prova de abusos.
- **Crítica ao Voto Profissional por Defeito:** Houve uma manifestação de oposição à ideia de substituir, por defeito, o voto presencial por uma modalidade de voto profissionalizada, considerando-a uma barreira ao acesso.
- **Voto Postal:** Foi defendido que o voto postal deve manter-se como modalidade preferencial até que sejam criadas condições mais robustas para outras formas de voto. Reconheceu-se, no entanto, a existência de problemas logísticos, nomeadamente em países sem serviços postais fiáveis.
- **Alargamento das Mesas de Voto:** Foi proposta a possibilidade de alargar as mesas de voto a consulados honorários, de forma a aproximar os locais de votação de comunidades geograficamente dispersas, citando-se o exemplo de uma comunidade que teria de viajar mais de duas horas para exercer o seu direito de voto.
- **Atraso na Contagem dos Votos:** Foi salientado o problema do atraso na contagem dos votos das circunscrições no estrangeiro, o que resulta na proclamação de resultados dos deputados eleitos pelas comunidades muito depois da formação do governo. Propôs-se que a contagem fosse realizada de forma que os resultados fossem conhecidos na noite eleitoral, evitando a perceção de que os eleitores emigrados são tratados como "cidadãos de segunda categoria".
- **Teste de Voto Eletrónico:** Registou-se uma abertura geral para a realização de um teste piloto de voto eletrónico. No entanto, foram levantadas questões sobre a sua exequibilidade, nomeadamente em países com restrições de acesso à Internet, e sobre a necessidade de garantir segurança, autenticidade e acessibilidade.
- **Falta de Informação:** Foi sublinhada a extrema falta de informação que atinge as comunidades, com o exemplo de que mais de 90% dos emigrantes poderão não estar cientes das datas de votação. Apelou-se a uma campanha de sensibilização robusta e atempada.
- **Convergência de Modalidades:** Defendeu-se a criação de condições para que a maioria das três modalidades de voto (presencial, postal e eletrónico) esteja disponível, permitindo aos cidadãos escolher a que melhor se adequa à sua situação.

- **Respostas e Considerações da Comissão:**

A Senhora Presidente, em nome da Comissão, agradeceu as ponderações detalhadas e reconheceu a complexidade e a justeza das questões levantadas.

- **Sobre a Fiabilidade do Sistema:** A Comissão comprometeu-se a analisar propostas concretas para reforçar a segurança e a transparência de todas as modalidades de voto, em colaboração com os serviços competentes.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

- **Sobre o Voto Eletrónico:** Foi confirmado que a Comissão acompanhará com interesse a possibilidade de um teste piloto, salientando que qualquer avanço nesta matéria será precedido de uma avaliação técnica rigorosa que garanta os máximos padrões de segurança e inclusão. A referência feita pelo Senhor Deputado Rui Rocha foi considerada pertinente.
- **Sobre o Voto Postal e a Contagem:** A Comissão tomou nota da proposta de revisão do processo de contagem dos votos do estrangeiro e do apelo para a manutenção do voto postal. Comprometeu-se a estudar mecanismos logísticos e legais para agilizar a divulgação dos resultados, assegurando a sua integridade.
- **Sobre o Alargamento da Rede de Votação:** A sugestão de utilizar consulados honorários como postos de voto foi registada como uma proposta inovadora e prática. A Comissão manifestou a intenção de a explorar em diálogo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- **Sobre a Campanha de Informação:** A Comissão reconheceu a crítica sobre a insuficiente divulgação de informação e concordou ser imperioso intensificar e antecipar as campanhas de sensibilização, utilizando diversos canais para chegar a um maior número de cidadãos emigrados.
- Foi reafirmado o compromisso de que "não há portugueses de primeira nem de segunda" e que o trabalho da Comissão visa precisamente colmatar as assimetrias e dificuldades sentidas pelos eleitores fora de Portugal.
- Ficou acordado que as propostas e preocupações apresentadas serão compiladas e integrarão um relatório de trabalho. A Comissão procurará avançar com soluções legislativas e operacionais concretas, dando sequência a este diálogo fundamental com o Conselho das Comunidades Portuguesas. A Senhora Presidente encerrou a sessão agradecendo o contributo valioso para o reforço da democracia portuguesa.

5.2.4 Reunião com o Diretor Geral da DGACCP, Embaixador Luiz Ferraz

O Embaixador Luiz Ferraz iniciou a sua intervenção, salientando a sua abertura e cooperação com o CCP.

- **Orçamento para o CCP:** Referiu que a proposta da DGACCP para o orçamento de 2026 foi de 420 mil euros para o CCP, valor idêntico ao de 2025, que seguiu para o Ministério das Finanças. Tomou nota com perplexidade da informação partilhada pelo Conselho, proveniente de uma reunião com o PCP, que indicava a existência de uma rubrica orçamental de apenas 319.985 euros. Comprometeu-se a averiguar esta discrepância, uma vez que a proposta que saiu da DGACCP foi a dos 420 mil euros.
- **Gestão de Recursos Humanos na Rede Consular:** Afirmou que uma das suas principais preocupações tem sido melhorar a distribuição de recursos humanos pelos postos consulares, baseando-se em critérios racionais e não em pedidos aleatórios. Referiu que as estruturas consulares estão, no geral, dotadas de meios humanos, apontando ajustes pontuais, como os realizados no Brasil face ao aumento exponencial de pedidos de vistos.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

- **Processamento de Vistos - Centralização e Fim do Visto por Correspondência:** Anunciou a centralização da emissão de vistos no Brasil em Brasília, com a colaboração de empresas de 'outsourcing' (VFS/VLS) para a receção local de pedidos. O modelo será estendido aos EUA (Washington) e à África do Sul em 2026. Paralelamente, será progressivamente eliminado o visto por correspondência no Brasil, obrigando à apresentação presencial do pedido, de forma a agilizar processos e evitar distorções.
- **Nacionalidade e Críticas à Rede Consular:** Defendeu a rede consular face a críticas sobre atrasos, argumentando que as "pendências" principais residem noutros serviços, nomeadamente no IRN (Instituto dos Registos e do Notariado). Ilustrou a sua posição com o caso dos 31 estudantes guineenses detidos em Lisboa, atribuindo o incidente a uma falha de comunicação entre a PSP e a Direção-Geral do Ensino Superior, e não a uma má atuação consular. Reconheceu, no entanto, que existem consulados com desempenhos menos bons.
- **Apoios Sociais (ASIC/ASEC) e ao Associativismo:** Referiu que os valores para apoios sociais se mantêm e que o prazo para candidaturas de apoio ao associativismo para 2026 terminarão na data marcada, não tendo ainda informação sobre o número de pedidos recebidos pelos consulados.
- Na sessão de perguntas, os conselheiros Rui Marcelo e Beatriz Pereira aprofundaram as questões orçamentais, salientando a discrepância entre os 420 mil euros esperados e os 319.985 euros mencionados nos mapas. Foi também questionada a eficácia dos apoios sociais (ASIC/ASEC), com o conselheiro Fernando Topa a relatar atrasos de 6 a 8 meses na Venezuela, e a conselheira Odete Fernandes a alertar para a complexidade e burocracia dos processos.

5.2.5 Reunião com a Presidente do Instituto Camões, Florbela Paraíba (E.P.E.)

A Doutora Florbela Paraíba apresentou um ponto de situação detalhado sobre o ensino de português no estrangeiro.

- **Rede de Ensino (EPE):** A rede conta com 325 horários. No início do ano letivo, 25 horários (7%) estavam por preencher, o que afeta cerca de 3000 alunos. A maioria das vagas (20) concentra-se em França. Estão em curso concursos para colmatar estas lacunas. Salientou que 93% dos horários estão providos.
- **Inscrições e Manuais:** Com a abolição da propina, registou-se um crescimento de 11% nas inscrições para 2025/26, notório no Reino Unido e no Luxemburgo. Reconheceu "um certo compasso de espera" e atrasos na distribuição de manuais, mas garantiu que o processo de aquisição estava concluído e que a distribuição estaria finalizada até ao final de outubro.
- **Revisão do Regime Jurídico (REGEP) e Tabelas Remuneratórias:** Enfatizou a crítica situação das tabelas salariais, não atualizadas desde 2006 para leitores e 2009 para professores, considerando a sua revisão urgente e fundamental para a atratividade da carreira. Referiu que uma proposta técnica está a ser trabalhada com a tutela.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

- **Plano de Digitalização (PRR):** Apresentou o Plano de Digitalização do Ensino de Português no Estrangeiro, que inclui a distribuição de tablets e a criação de um ecossistema digital. Mais de 70% dos equipamentos já foram distribuídos, com o apoio crucial de coordenadores e embaixadas. Um sistema de apoio ao utilizador foi ativado a 8 de outubro.
- **Estratégia de Língua:** Defendeu a articulação entre o vetor do ensino associativo (comunidades) e o vetor da promoção do português como língua estrangeira nos sistemas de ensino oficial dos países, citando o sucesso no Senegal.
- Na sessão de perguntas, o Vice-Presidente Paulo Marques questionou as dificuldades de implementação em França junto do ensino público (Ensino de Língua e Cultura de Origem (ELCO), sugerindo que o modelo de outros países (ex: Roménia) poderá ser mais eficaz. A conselheira Beatriz Pereira salientou as más condições salariais nos EUA e a necessidade de formação contínua para professores. O conselheiro António Cunha defendeu uma abordagem mais proativa, com levantamento nas escolas dos países de acolhimento do número de alunos potencialmente interessados. O conselheiro Rui Marcelo questionou as estratégias específicas para Macau (pós-2029), Timor-Leste (clivagem geracional) e Austrália (comunidade multicultural).

5.2.6 Audiência com o candidato à PR, Dr. João Cotrim de Figueiredo

O Candidato João Cotrim de Figueiredo apresentou a sua visão, com particular enfoque no papel do Presidente da República como aglutinador e impulsionador de políticas para as comunidades, prometendo uma relação institucional regular com o CCP. Na sua exposição inicial, o candidato desenvolveu os seguintes pontos:

- **Visão sobre as Comunidades:** Assumiu uma "atitude ambígua", valorizando o enorme esforço e valor dos portugueses no estrangeiro, mas desejando que a diáspora fosse menor, por significar que menos pessoas teriam emigrado por necessidade.
- **Compromissos Concretos:** Assumiu três compromissos prioritários:
 - **"Militarização da Rede Consular":** Reforço de meios, digitalização, reavaliação da rede e instituição de consulados móveis.
 - **Ensino do Português em Espanha:** Estruturação permanente do ensino da língua.
 - **Representação Política:** Correção da "insuficiência da representação política da diáspora" no Parlamento.
- **Papel do Presidente:** Enfatizou o uso da influência presidencial para colocar estes temas na agenda política.
- **Coordenação Institucional:** Defendeu uma relação institucional regular e coordenada entre a Presidência da República e o CCP.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

- **Sessão de Perguntas e Respostas:**

Na segunda ronda de perguntas, os conselheiros abordaram diversas questões relevantes. O Presidente Flávio Martins questionou sobre a disponibilidade para um diálogo anual com o CCP e se o conselho poderia ser ouvido em iniciativas legislativas dos grupos parlamentares. Rui Marcelo indagou como o Presidente da República poderia ser um fator de estabilidade num cenário de fragmentação política. Manuel Coelho solicitou a opinião do candidato sobre os sistemas de voto para os portugueses no estrangeiro, destacando a necessidade de uniformização do voto postal e a possibilidade de voto eletrónico.

Beatriz Pereira trouxe à discussão a questão dos prazos máximos para a decisão de processos de nacionalidade no IRN e questionou o candidato sobre a sua candidatura à Presidência da República logo após ser eleito deputado europeu. Odete Fernandes perguntou como manter o vínculo dos jovens à portugalidade. Manuel Vigas e Fernando Campos abordaram a extensão do programa "Regressar" aos reformados e a compensação de reformados que voltam com pensões muito baixas, além da relação com o governo venezuelano para proteger a comunidade. Por fim, Daniel Loureiro questionou como criar orgulho e atrair jovens para as regiões do interior de Portugal.

O candidato João Cotrim de Figueiredo respondeu afirmativamente à proposta de realizar reuniões regulares com o CCP e afirmou que, em relação às iniciativas legislativas, procuraria sempre informar-se e solicitar pareceres quando necessário. Em relação à pergunta de Rui Marcelo, destacou a importância de resolver os problemas da população em situações de maioria parlamentar estável, evitando a convocação imediata de eleições.

Sobre as questões levantadas por Manuel Coelho, Cotrim de Figueiredo expressou incompreensão pela demora na uniformização das leis eleitorais, defendendo o voto por correspondência e sugerindo cautela em relação ao voto eletrónico. Às perguntas de Beatriz Pereira, concordou com a necessidade de prazos máximos no IRN e justificou a sua candidatura presidencial, acreditando que poderia influenciar mudanças em Portugal de forma mais eficaz.

Cotrim de Figueiredo sublinhou a importância do orgulho nacional na juventude e atribuiu à família um papel fundamental nesse processo. Defendeu ainda defendeu a extensão do programa "Regressar" e reconheceu a complexidade da questão das pensões, sugerindo um foco num plano de acolhimento para portugueses ativos. Por último, reiterou a sua posição sobre o voto, priorizando o voto postal e mostrando-se cauteloso em relação ao voto eletrónico.

O candidato à PR, Dr. João Cotrim de Figueiredo, agradeceu novamente a oportunidade do encontro com o CP, reforçando a importância do trabalho do CCP. Reiterou os seus compromissos e salientou a sua franqueza, afirmando que os presentes podem esperar que cumpra o que promete.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

5.3 - 3º Dia – 16 de outubro de 2025

O terceiro dia começou com uma reunião interna dos membros do CP do CCP, seguida de um **encontro com o Presidente da CNE**, Dr. João Carlos Trindade, e com o Dr. Fernando Anastácio.

5.3.1 Reunião com o Presidente da CNE

O diálogo centrou-se na preparação e logística das eleições presidenciais de janeiro de 2026, com o CCP a manifestar profunda preocupação com a baixíssima participação eleitoral das comunidades, frequentemente superior a 98% de abstenção. Esta realidade foi atribuída ao número insuficiente de mesas de voto e a uma comunicação considerada deficiente. O Conselho Permanente do CCP defendeu de forma veemente a necessidade de uma campanha de sensibilização robusta e antecipada, que ultrapasse a mera afixação de editais nos consulados e que aproveite a mobilização do próprio CCP no terreno.

Foram amplamente discutidas as modalidades de voto. O CP do CCP reiterou o seu apoio ao alargamento do número de mesas de voto para locais para além das instalações consulares, como coletividades e centros comunitários, desde que garantida a fiscalização plural por parte das candidaturas, citando o exemplo de países como a França. Foi também proposta uma reformulação do voto postal, nomeadamente permitindo que um eleitor que não receba a carta de voto em casa possa, ainda assim, votar presencialmente. Foi ainda sugerida a realização de um teste piloto de voto eletrónico, visto como uma potencial solução de futuro para a abstenção. Foi igualmente manifestada apreensão relativamente aos prazos logísticos extremamente curtos no caso de uma segunda volta eleitoral da eleição presidencial.

E, tal como acordado no decurso da reunião interna do Conselho Permanente, foi também proposta a alteração da marca identitária do Conselho das Comunidades Portuguesas, uma vez que o atual logótipo do CCP está em uso há mais de 30 anos, sendo amplamente reconhecido como uma imagem desatualizada e pouco contemporânea. Os conselheiros consideraram que a marca não reflete a modernidade, a diversidade e o carácter inclusivo que o Conselho pretende projetar, tanto internamente junto das comunidades, como externamente perante as instituições portuguesas e internacionais, pelo que sugeriu a adoção de um novo logótipo inspirado num design utilizado pela Comissão Nacional de Eleições, nas eleições para o CCP realizadas em novembro de 2023.

Foi, portanto, decidido oficializar formalmente à CNE, submetendo o pedido de alteração da marca para a sua apreciação e autorização. O ofício incluirá a justificação para a mudança, baseada na necessidade de modernização e contemporaneidade, e apresentará a nova proposta gráfica.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Caso a autorização seja concedida, o CCP prevê um período de transição para implementar a nova identidade visual. Esta transição abrangerá a atualização de todo o material institucional, digital e físico, incluindo site, cartazes, documentação oficial e comunicação social, de modo a garantir uma mudança harmoniosa e consolidada. A expectativa é que a nova imagem possa estar oficialmente implementada a partir do próximo ano, dotando o Conselho das Comunidades Portuguesas de uma identidade visual renovada, que melhor represente a sua missão no século XXI.

Em resposta, a CNE confirmou que a campanha de sensibilização está em preparação e que o concurso para a mesma será lançado em breve. Reconheceu as limitações da rede consular, mas salientou que a abertura de mais mesas de voto está dependente de condições logísticas e de segurança. Esclareceu que a contagem centralizada dos votos não representa qualquer "menorização" do voto da emigração, mas sim um processo profissional e devidamente fiscalizado. Mostrou-se aberta a discutir melhorias no voto postal, mas expressou reservas significativas quanto ao voto eletrónico, enumerando riscos de cibersegurança e a necessidade imperiosa de preservar a pessoalidade e a liberdade do voto. Referiu que a hipótese de um teste de voto eletrónico para as eleições do próprio CCP em 2027 foi discutida com os partidos, mas não se materializou. Finalmente, sobre o pedido de alteração do logótipo do CCP, a CNE comprometeu-se a analisar a possibilidade de autorizar a nova marca proposta.

5.3.2 Reunião com Grupo Parlamentar do Chega

O Conselho Permanente reuniu-se depois com o Deputado Ricardo Regalla, representante do Grupo Parlamentar do Chega e diretor nacional do partido.

- **Temas Centrais:** Orçamento de Estado e prioridades legislativas para as comunidades. O debate centrou-se no Orçamento de Estado e nas prioridades legislativas para as comunidades.

O CCP solicitou um aumento da dotação orçamental para 500.000 euros, sem cativações, justificando este valor com o aumento de custos operacionais e a necessidade de financiar reuniões das secções locais. Foi também pedido um maior investimento na melhoria dos serviços consulares, incluindo a abertura de novos postos e a regularização da situação dos funcionários locais.

No âmbito da participação cívica, o CP do CCP reiterou o pedido para a realização de um teste piloto de voto eletrónico e defendeu uma redistribuição de deputados que permita um aumento da representação política das comunidades na Assembleia da República. Sobre as iminentes alterações à Lei da Nacionalidade, o CCP informou que iria analisar as propostas do Governo e enviar posteriormente o seu parecer fundamentado. Foram ainda abordados casos específicos, como os de nacionalidade por laços afetivos não biológicos e as dificuldades particulares das comunidades em países em crise, como a Venezuela.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

O GP do Chega comprometeu-se a apoiar o aumento do orçamento do CCP na discussão na especialidade e mostrou-se recetivo à discussão sobre o aumento da representação parlamentar das comunidades. Manifestou um forte apoio político ao "regresso" de portugueses e lusodescendentes, defendendo a criação de condições para a sua integração profissional e social em Portugal. Sobre o voto eletrónico, manteve uma posição cautelosa, partilhando as preocupações de segurança levantadas pela CNE. Por fim, lamentou a ausência do líder do partido, André Ventura, na reunião do CP do CCP com os candidatos à Presidência da República, atribuindo-a a agendas sobrepostas no terreno.

5.3.3 Reunião Interna do Conselho Permanente

Na reunião interna, foram tratados os seguintes assuntos:

a) Deliberações sobre as Orientações para as Secções Locais em 2026:

O Conselho Permanente aprovou orientações gerais que concedem maior autonomia às secções locais para o ano de 2026. Ficou estabelecido que cada secção local terá liberdade para realizar uma ou mais atividades ao longo do ano, em qualquer período que considere adequado, sem necessidade de autorização prévia centralizada.

Contudo, foram definidos limites claros para estas atividades:

- **Limite Orçamental:** Todas as atividades devem respeitar o teto orçamental definido para cada secção, cujo valor específico será posteriormente determinado e comunicado.
- **Limite Legal:** As atividades devem sempre respeitar a legislação portuguesa e dos países de acolhimento, sendo explicitamente excluídas da possibilidade de reembolso despesas consideradas não elegíveis pela lei.

Foi especificamente esclarecido que estas novas orientações não se aplicam à participação na Reunião do Conselho Consultivo, cuja natureza e processo de participação mantêm-se inalterados.

b) Esclarecimentos sobre a Reunião do Conselho Consultivo:

O Presidente do CP do CCP reforçou que a participação na Reunião do Conselho Consultivo é atribuição individual de cada conselheiro, não representando uma obrigação ou responsabilidade coletiva do Conselho. Esta reunião constitui um direito pessoal de cada membro, que pode exercer de forma independente.

Foi igualmente esclarecido que os conselheiros que desejem visitar embaixadores ou outras entidades oficiais dos seus países de residência podem fazê-lo individualmente, desde que respeitem os mesmos limites orçamentais e legais aplicáveis às atividades das secções locais.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

c) Processo de Alteração do Logótipo do CCP:

O Conselho aprovou por unanimidade a proposta de alteração da marca institucional do CCP, atualmente em uso há mais de 30 anos. A decisão baseou-se na necessidade de:

- Adotar uma imagem mais contemporânea e moderna;
- Projetar uma identidade visual mais inclusiva;
- Atualizar a representação gráfica do Conselho.

Foi determinado que será enviado ofício formal à Comissão Nacional de Eleições solicitando autorização para a utilização de nova marca, baseada num design utilizado pela CNE nas eleições de 2023, considerada mais atrativa e adequada aos objetivos atuais do Conselho.

d) Calendário de Reuniões Online:

Foram aprovadas as seguintes alterações ao calendário de reuniões online:

- A reunião de novembro foi antecipada para 8 de novembro, às 14:00 horas de Lisboa;
- A reunião de dezembro mantém-se marcada para 20 de dezembro;
- Todas as reuniões manterão o horário padrão de Lisboa.

e) Manifestação sobre a Lei da Nacionalidade:

O Conselho aceitou a proposta de um dos seus membros para redigir uma manifestação escrita sobre as alterações propostas à Lei da Nacionalidade. Foi estabelecido prazo até terça-feira seguinte para conclusão do documento, que será posteriormente submetido aos grupos parlamentares e entidades governamentais competentes.

f) Questões de Gestão Interna:

Foram ainda tratados assuntos de gestão corrente, incluindo:

- Aprovação do relatório de atividades do último trimestre;
- Análise do estado de execução orçamental;
- Preparação da participação do CCP no evento "Portugal, Nação Global" previsto para abril de 2026.

5.3.4 Reunião com a Vice-Presidente do IRN, Dra. Cristina Mesquita

A reunião com a Vice-Presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, Dra. Cristina Mesquita, constituiu um dos momentos mais substantivos e detalhados dos trabalhos do terceiro dia de reuniões do Conselho Permanente. A sessão caracterizou-se por um diálogo franco e técnico, centrado na análise profunda dos significativos atrasos que afetam os processos de nacionalidade, uma das principais preocupações das comunidades portuguesas no estrangeiro.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

A Dra. Cristina Mesquita iniciou os trabalhos com uma exposição notavelmente transparente, reconhecendo desde logo as graves dificuldades que persistem no atendimento aos cidadãos. A sua intervenção foi marcada por uma abordagem direta aos problemas, apresentando um diagnóstico claro e sem subterfúgios da situação atual do Instituto. De forma corajosa, assumiu publicamente a dimensão do desafio, revelando números que impressionaram os membros do Conselho Permanente pela sua magnitude. No que concerne aos processos de judeus sefarditas, foram contabilizados 158.110 processos pendentes, enquanto nos processos de residentes, após cinco anos de residência, o número ascende a 121.855 processos. Estes valores, que totalizam cerca de 280.000 processos apenas nestas duas categorias, ilustram de forma cristalina a pressão extraordinária a que o IRN se encontra sujeito.

A Vice-Presidente procedeu então a uma análise detalhada dos fatores que concorrem para esta situação complexa. Identificou como problema estrutural fundamental a escassez crónica de recursos humanos, agravada por mais de vinte anos sem recrutamento significativo para as carreiras especiais do Instituto. Salientou que esta situação resultou num envelhecimento progressivo dos quadros, com muitos funcionários a aproximarem-se da reforma e com dificuldades de adaptação às novas tecnologias. Um dado particularmente relevante apresentado foi o facto de aproximadamente oitenta por cento dos processos chegarem ao IRN mal instruídos ou com documentação inadequada, o que obriga a sucessivas notificações e a prolongados períodos de espera. A complexidade legislativa, com sucessivas alterações à lei da nacionalidade, foi igualmente apontada como fator gerador de picos de entrada de processos. Por fim, a fraude documental, particularmente significativa em processos provenientes de certos países, com destaque para o Brasil, foi reconhecida como um desafio adicional que consome recursos preciosos do Instituto.

Perante este cenário desafiante, a Dra. Cristina Mesquita detalhou com precisão as múltiplas estratégias que o IRN tem em curso para resolver os problemas identificados. No capítulo do reforço de recursos humanos, foram apresentados números concretos: a admissão de 530 oficiais de registo em 2025, contra 150 aposentações no mesmo período; 50 conservadores atualmente em formação prática; 70 conservadores em fase final de formação teórica; e um concurso público para 485 oficiais já em fase de análise de candidaturas. Esta ampliação significativa de efetivos representa um investimento sem precedentes na capacidade operacional do Instituto.

A reorganização interna do IRN foi outro eixo estratégico detalhadamente explicado. A criação de 18 balcões de nacionalidade especializados, a implementação de setores organizados por tipologia de processo, como a naturalizações ou processos relativos aos antigos Estados da Índia, e a especialização progressiva dos técnicos por áreas específicas de atuação constituem medidas que visam ganhos de eficiência através da especialização. A modernização tecnológica foi apresentada como o terceiro pilar da estratégia de transformação, com uma nova aplicação informática em fase de estabilização que incorpora funcionalidades avançadas de interoperabilidade entre sistemas, leitura automática de documentos com inteligência artificial e preenchimento automático de campos obrigatórios.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

No que diz respeito aos procedimentos, a Vice-Presidente prestou esclarecimentos particularmente úteis sobre o registo de nascimento online, explicando que a exigência de confirmação por ambos o progenitor se fundamenta na natureza de "ato de particular importância" que a atribuição de nacionalidade representa. Esclareceu igualmente as exceções aplicáveis, nomeadamente nos casos de mãe solteira devidamente comprovada, e descreveu o funcionamento do sistema automático de notificação para o segundo progenitor. Sobre os prazos e a extinção de processos, foi clarificado que o não cumprimento do prazo de seis meses para resposta a notificações implica a extinção automática do processo, não sendo possível a sua reativação posterior, o que obriga à apresentação de um novo pedido.

As intervenções dos membros do Conselho Permanente refletiram as preocupações concretas das comunidades que representam. Os conselheiros manifestaram apreensão face à falta de transparência e às dificuldades no acompanhamento dos processos, salientando que o sistema de consulta online frequentemente apresenta informações desatualizadas e que a necessidade de dispor do número específico do processo constitui uma barreira adicional para os cidadãos. Os prazos de análise, com relatos de casos que aguardam há quatro ou cinco anos por uma decisão, foram objeto de particular contestação, com sugestões no sentido da implementação de um prazo legal máximo de 180 dias para despacho, à semelhança do que ocorre noutros países, como o Brasil. As falhas na comunicação com os requerentes, incluindo problemas na notificação por email e moradas desatualizadas nos sistemas, foram igualmente identificadas como áreas que exigem melhoria urgente.

Perante estas questões, a Dra. Cristina Mesquita adotou uma postura de reconhecimento das falhas e assumiu compromissos de melhoria. Reconheceu as deficiências no sistema de informação ao cidadão e comprometeu-se a trabalhar para melhorar a plataforma de consulta processual. Esclareceu, contudo, que a autonomia técnica dos conservadores impede intervenções diretas em processos específicos, salvaguardando a independência técnica da decisão. Reafirmou o empenho pessoal e institucional em reduzir os prazos através do contínuo reforço de meios humanos e tecnológicos.

A terminar a sessão, a Vice-Presidente forneceu informações atualizadas sobre o novo passaporte eletrónico, cuja implementação está prevista para o segundo trimestre de 2026. Este documento terá uma validade alargada para dez anos, permitirá o reaproveitamento de dados biométricos do cartão de cidadão e disporá de um número aumentado de folhas.

- A reunião permitiu, em síntese, um diálogo franco e produtivo entre o Conselho das Comunidades Portuguesas e o Instituto dos Registos e do Notariado. A Vice-Presidente demonstrou um conhecimento detalhado dos problemas e apresentou um plano concreto de ação, embora reconhecendo realisticamente que a resolução definitiva exigirá tempo e continuidade nos esforços de modernização. O CCP, por seu lado, comprometeu-se a acompanhar a evolução da situação e a dar continuidade a este diálogo construtivo, reconhecendo a complexidade dos desafios, mas também a vontade manifestada em os resolver.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

5.3.5 Audiência com o Candidato à Presidência da República, Dr. António Filipe

O Conselho Permanente recebeu o Dr. António Filipe, candidato à Presidência da República, permitindo um debate aprofundado sobre o papel do futuro Presidente da República na relação com as comunidades portuguesas no estrangeiro.

Na sua intervenção inicial, o candidato começou por salientar que a sua presença não representava apenas o cumprimento de um dever, mas sim uma genuína convicção pessoal sobre a importância das comunidades portuguesas. Partindo da sua experiência como antigo deputado que acompanhou Presidentes da República em visitas a comunidades no estrangeiro, nomeadamente por ocasião de comemorações do 10 de Junho no Brasil e nos Estados Unidos, o Dr. António Filipe defendeu que a proximidade do Presidente da República com as comunidades deve constituir uma prioridade permanente e inquestionável, independentemente de quem venha a ocupar o cargo.

O candidato desenvolveu uma reflexão particularmente interessante sobre a natureza contemporânea da emigração portuguesa, sublinhando que esta não constitui um fenómeno do passado, mas antes uma realidade viva e em constante transformação. Para ilustrar esta perspetiva, partilhou a sua experiência familiar pessoal, referindo que, enquanto na geração dos seus tios a emigração se dirigiu predominantemente para o Canadá, na geração dos seus sobrinhos os destinos privilegiados são agora os Países Baixos e o Reino Unido. Esta observação permitiu-lhe concluir que o país continua a não conseguir oferecer condições adequadas a muitos dos seus jovens, levando-os a procurar no estrangeiro oportunidades que não encontram em Portugal.

No que concerne às responsabilidades do poder político, o Dr. António Filipe identificou vários eixos fundamentais de atuação. Primeiro, a necessidade de uma rede consular que funcione com eficiência e que estabeleça uma relação de proximidade genuína com as comunidades, através de um serviço deslocalizado sempre que possível. Segundo, a garantia de condições que facilitem o ensino da língua portuguesa no estrangeiro, que considerou uma preocupação permanente e estratégica para a preservação da identidade nacional. Terceiro, a promoção da cultura portuguesa além-fronteiras, não apenas enquanto elemento de coesão das comunidades, mas também como instrumento de projeção do país no mundo. Quarto, o estímulo à internacionalização da economia portuguesa, nomeadamente através do apoio à presença de empresas portuguesas no estrangeiro.

A intervenção do candidato reservou uma atenção especial à questão eleitoral, reconhecendo o carácter automático do recenseamento eleitoral como um passo importante, mas defendendo a necessidade de ir mais longe. Propôs concretamente o alargamento das possibilidades de intervenção através do aumento do número de assembleias de voto, que deveriam poder funcionar não apenas em instalações consulares, mas também em coletividades e outros espaços, desde que garantidas as condições de fiscalização plural do ato eleitoral.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

As intervenções dos membros do Conselho Permanente trouxeram para o debate questões concretas e desafiadoras. O representante da Venezuela (Fernando Campos) questionou como o candidato conciliaria eventuais convicções políticas pessoais com a defesa dos interesses das comunidades em países com regimes políticos complexos. O conselheiro do Canadá (Daniel Loureiro) interpelou o Dr. António Filipe sobre medidas concretas para atrair jovens lusodescendentes de volta a Portugal. A representante do Brasil (Beatriz Pereira) questionou sobre a igualdade de direitos dos trabalhadores locais dos consulados. O conselheiro do Reino Unido (António Cunha) colocou a questão do voto eletrónico, enquanto o representante da África do Sul (Vasco de Abreu) debateu o fortalecimento da influência do CCP junto dos órgãos de soberania.

As respostas do candidato caracterizaram-se por uma notável clareza e frontalidade. Sobre as relações internacionais, defendeu que o Estado português deve relacionar-se com todos os países, independentemente das simpatias ou antipatias políticas, citando a sua própria experiência simultânea como membro dos grupos parlamentares de amizade com Cuba e com os Estados Unidos. Relativamente ao regresso dos jovens, foi perentório ao afirmar que pouco valem apelos patrióticos se não forem criadas condições efetivas em Portugal, defendendo que as políticas públicas devem focar-se na criação de emprego qualificado e em oportunidades reais de realização profissional.

Sobre o papel do Conselho das Comunidades Portuguesas, o Dr. António Filipe comprometeu-se a valorizar esta instituição, considerando que a sua opinião deveria ser considerada em matérias legislativas que afetem as comunidades. No que diz respeito aos trabalhadores consulares, defendeu a igualdade de direitos com os restantes funcionários públicos. Porém, a sua posição mais firme e detalhada surgiu na questão do voto eletrónico, onde se manifestou francamente contra a modalidade não presencial, argumentando com riscos de cibersegurança e com a impossibilidade de garantir a liberdade e pessoalidade do voto. Defendeu, em alternativa, o alargamento das mesas de voto e a exploração de todas as possibilidades logísticas para facilitar o exercício do direito de voto.

A audiência terminou com um reconhecimento mútuo da importância deste tipo de diálogo, com o Conselho Permanente a agradecer a disponibilidade do candidato e a manifestar a esperança de que, independentemente do resultado eleitoral, se possa dar continuidade a esta relação de proximidade e de trabalho conjunto em benefício das comunidades portuguesas no mundo.

5.3.6 Sessão de Encerramento (com o Sr. SECP, Dr. Emídio Sousa)

A sessão de encerramento dos trabalhos do Conselho Permanente com o Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. Emídio Sousa, constituiu o momento culminante de três dias de intenso trabalho e debate, marcado por um discurso de balanço e projeção futura que reforçou os laços de colaboração entre o Governo e o órgão representativo das comunidades.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

O SECP iniciou a sua intervenção dirigindo um sentido agradecimento a todos os conselheiros, reconhecendo publicamente o valor do trabalho desenvolvido e a importância do CCP enquanto canal privilegiado de comunicação com as comunidades. De forma particularmente enfática, sublinhou que o Conselho traz até ao Governo "as preocupações reais dos portugueses pelo mundo", acrescentando que muitas vezes a perceção obtida através do CCP difere significativamente da visão que chega através dos canais tradicionais, o que confere um valor acrescido às informações transmitidas pelos conselheiros.

Numa demonstração de abertura e disponibilidade, o Dr. Emídio Sousa incentivou os conselheiros a não limitarem o contacto aos momentos formais de reunião, recordando que os atuais meios de comunicação permitem um acompanhamento permanente. "Nós hoje estamos online em qualquer canto do mundo", afirmou, convidando os presentes a utilizarem o email e o telefone para partilharem situações que entendam pertinentes, numa lógica de comunicação contínua e desburocratizada.

O ponto central da intervenção do Secretário de Estado foi dedicado à apresentação do projeto "Portugal, Nação Global", que classificou como a "materialização desta perceção, desta certeza que nós temos que português é qualquer um de nós, esteja onde estiver, no planeta Terra". Com marcado entusiasmo, descreveu o evento inaugural previsto para abril de 2026 como um "encontro de negócios", mas deixou claro que esta é apenas a primeira etapa de um conceito mais amplo que poderá evoluir para encontros nas áreas da cultura, educação e outras dimensões da vida portuguesa no mundo. Neste contexto, fez um apelo direto aos conselheiros para que identifiquem e proponham pessoas que possam interessar para este evento, assumindo-os como parceiros fundamentais na sua concretização.

A língua portuguesa mereceu uma atenção especial na intervenção do Secretário de Estado. O Dr. Emídio Sousa partilhou a sua preocupação com a perda progressiva do português nas segundas e terceiras gerações, fazendo um apelo emocionado aos conselheiros enquanto pais e avós: "falem sempre em português". Argumentou que o esforço de manter a língua no seio familiar é "melhor do que uma aula", demonstrando uma compreensão profunda dos mecanismos informais de transmissão cultural. Paralelamente, anunciou a revisão do regime jurídico do ensino português no estrangeiro, reconhecendo as queixas existentes sobre demoras, falta de professores e incentivos salariais inadequados.

No capítulo da modernização consular, o Dr. Emídio Sousa foi particularmente concreto, anunciando a criação de cinco novos consulados no Brasil - Recife, Belém do Pará, Fortaleza, Porto Alegre e Curitiba - que representarão um significativo reforço da presença consular portuguesa naquele país. Reconheceu a existência de "alguns atrasos excessivos" em certos serviços, mas atribuiu-os principalmente às limitações do Instituto dos Registos e do Notariado, demonstrando assim uma visão integrada dos diferentes serviços que afetam as comunidades.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

As eleições presidenciais de janeiro de 2026 ocuparam um lugar destacado no discurso do SECP. Num tom de apelo direto, incentivou os conselheiros a mobilizarem as suas comunidades para o recenseamento e para o voto presencial, sendo explícito ao referir que "o voto tem que ser presencial". Reconheceu as "reivindicações a favor do voto eletrónico", mas foi claro ao afirmar que essa alteração compete à Assembleia da República. Demonstrou particular preocupação com os prazos de recenseamento, alertando que "o tempo está já aí à porta" e recomendando que as pessoas não deixem para o último dia a verificação da sua situação eleitoral.

Num anúncio operacional concreto, o Secretário de Estado revelou que brevemente todos os conselheiros disporão de um endereço de email institucional no domínio [ccp.pt](mailto:nome@ccp.pt), com o formato nome@ccp.pt, um passo significativo na profissionalização da comunicação do Conselho.

A terminar, o Dr. Emídio Sousa partilhou uma visão integrada do seu mandato, explicando que o enfoque nos investimentos e no mundo dos negócios não significa descuramento dos portugueses mais vulneráveis. "Um Estado só pode distribuir aquilo que produz", argumentou, defendendo uma abordagem que potencie a criação de riqueza para depois a poder distribuir de forma mais justa.

Num gesto que simbolizou o espírito de parceria que marcou a sessão, o Secretário de Estado convidou expressamente os conselheiros a acompanharem as suas futuras visitas às comunidades, pedindo a sua colaboração na preparação de agendas que reflitam o conhecimento local dos conselheiros. "A minha equipa tem instruções para tentar perceber sempre junto a vocês se é adequado ir àquele sítio", afirmou, demonstrando uma vontade genuína de incorporar as perspetivas do CCP no seu trabalho.

A sessão de encerramento terminou com uma nota de confiança mútua e de compromisso renovado, deixando a promessa de continuidade de um diálogo que se assumiu como fundamental para a concretização da visão de um "Portugal, Nação Global" que verdadeiramente inclua e valorize todos os portugueses, onde quer que se encontrem.

5.3.7 Conclusão e Encerramento dos Trabalhos

Na sequência dos intensos e produtivos trabalhos desenvolvidos ao longo do terceiro dia de reuniões presenciais, importa registar que as sessões dos dias 14 a 16 de outubro, que antecederam esta fase final, permitiram consolidar um trabalho preparatório fundamental para o sucesso dos debates realizados hoje.

Durante esses três dias iniciais, o Conselho Permanente desenvolveu um conjunto alargado de atividades que incluíram:

- Reuniões setoriais com diversos departamentos governamentais;
- Contactos institucionais com representantes de vários grupos parlamentares;
- Sessões de trabalho temáticas sobre questões específicas das comunidades;
- Encontros com representantes da sociedade civil.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Estes encontros permitiram ao Conselho recolher um conjunto alargado de informações e perceções que foram determinantes para a qualidade dos debates mantidos hoje com a Comissão Nacional de Eleições, com o Grupo Parlamentar do Chega, com o Instituto dos Registos e Notariado, com o candidato presidencial Dr. António Filipe e, finalmente, com o Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

O trabalho desenvolvido nestes quatro dias de atividades do CP do CCP, entre 13 e 16 de outubro de 2025, demonstra o compromisso inequívoco do Conselho Permanente em aprofundar o seu conhecimento sobre as múltiplas realidades das comunidades portuguesas e em fortalecer os mecanismos de representação junto dos órgãos de soberania.

Os contactos estabelecidos e as informações recolhidas constituem uma base sólida para o trabalho que o Conselho Permanente desenvolverá nos próximos meses, em particular na preparação das suas recomendações sobre as alterações à Lei da Nacionalidade, no acompanhamento do processo eleitoral presidencial e na participação ativa no projeto "Portugal, Nação Global".

O Conselho Permanente regressa assim aos seus países de residência com uma agenda de trabalho definida e com o compromisso renovado de continuar a servir as comunidades portuguesas, prosseguindo o diálogo com todas as instituições e dando seguimento às múltiplas questões abordadas nestes dias de intenso trabalho coletivo.

6. Próxima Reunião

Ficou acordado que a próxima reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas realizar-se-á no dia 8 de novembro de 2025, por videoconferência, às 14:00 de Lisboa.

7. Encerramento

Não havendo mais nada a tratar, o encontro do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas foi encerrado pelas 18:00 (hora de Lisboa) do dia 16 de outubro de 2025, pelo Presidente do Conselho Permanente do CCP, Dr. Flávio Martins, que agradeceu a colaboração de todos os membros do Conselho Permanente e das técnicas que sempre nos acompanham e connosco colaboram: Ana Cristina Ribeiro e Elvira Barata, tendo salientado que o fortalecimento do CCP resulta do trabalho colaborativo e do diálogo construtivo mantido com os vários órgãos de soberania, reafirmando o compromisso de todos os conselheiros com as comunidades que representam.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Esta ata foi lavrada pelos Secretários Vasco de Abreu e Rui Marcelo e será assinada pelo Presidente e pelos Secretários, de acordo com o regulamento do CP/CCP.

Lisboa, aos 16 de outubro de 2025.

Flávio Alves Martins (Presidente)

Rui Marcelo (Secretário)

Vasco de Abreu (Secretário)